



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"  
Campus de Marília



**CULTURA  
ACADÊMICA**  
*Editora*

# Sexualidade e escola: encontros e desencontros

Hugues Costa de França Ribeiro

**Como citar:** RIBEIRO, H. C. F. Sexualidade e escola: encontros e desencontros. *In:* MANZINI, E. J. (org). **Educação Especial: temas atuais**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2000. p85-114. DOI: <http://doi.org/100.36311/2000.85-86738-15-8.p85-114>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

## SEXUALIDADE E ESCOLA: ENCONTROS E DESENCONTROS

Hugues Costa de França RIBEIRO<sup>1</sup>

### Educação sexual: tentativas de implantação

A sexualidade é uma tema bastante inquietante e perturbador, que parece ter sido deixado de lado pela maioria das escolas. Para muitos, sexualidade e escola são duas instâncias distintas, que se encontram completamente separadas. Por um lado, ainda se apresenta como um tema tabu envolto em um sem número de preconceitos e incompreensão. Por outro lado, os conservadores, provavelmente influenciados pelos dogmas religiosos, insistem em negar-lhe a importância como assunto que deva fazer parte dos temas abordados pela escola, defendendo a sua privacidade, como algo que deve ser trabalhado apenas no âmbito da família. Logo, a proposição de que se torne tema de discussão escolar, ainda encontra resistência.

Entretanto, a sexualidade está presente e permeia as manifestações do viver de todos os seres humanos. Deste modo, como não foi permitido que entrasse pela porta da frente na escola, sorrateiramente, encontrou as brechas para manifestar-se através das frases deixadas nos banheiros, nos depoimentos gravados nas carteiras, nos bilhetes às escondidas trocados pelos adolescentes enamorados.

As tentativas de discussão de temas relacionados à sexualidade nas escolas no Brasil remonta a década de 30, quando o professor Stawski introduz no Colégio Batista do Rio de Janeiro o ensino da evolução das espécies e da educação sexual. Este professor foi expulso da referida escola em 1954, quando lhe foi movida uma ação judicial por comportamento imoral, sendo demitido do cargo sem direito a indenização (Barroso & Bruschini, 1982).

Nas décadas de 40 e 50 não se dispõe de dados referentes aos assunto, mas pode-se argumentar que foram períodos de grande repressão sexual e da proibição da discussão, de forma aberta, de assuntos ligados à sexualidade.

---

<sup>1</sup> Docente do Departamento de Educação Especial da Faculdade de Filosofia – UNESP - Campus de Marília; Membro do Grupo de Estudo: *Estudos sobre a Sexualidade*; Membro do Centro de Estudos e Pesquisas em Comportamento e Sexualidade - CEPCoS.

Na década de 60 as tentativas de implantação de programas de orientação sexual limitaram-se à região Sudeste do Brasil. Em 1963, o assunto é introduzido num colégio mineiro para alunos do 4º ano ginásial, experiência que durou apenas três anos, interrompida por pressões dos pais dos alunos (Barroso & Bruschini, 1982). Em 1964 nova experiência é registrada no Colégio Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro. No ano de 1968, também no Rio de Janeiro, nos Colégios André Maurois, Infante Dom Henrique e Orlando Rouças a orientação sexual fazia parte do currículo escolar (Jornal do Brasil, 9/11/72).

Em São Paulo as experiências sucederam-se em número maior que as verificadas no restante do Brasil. A destacar a experiência do Colégio de Aplicação Fidelino Figueiredo, cuja orientação era dada pelo Departamento de Educação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Esta experiência registrou-se entre os períodos de 1963 e 1968, com os *Ciclos de Educação Sexual*, com os alunos de primeiras e segundas séries ginásiais. Detalhe interessante é que os pais também participaram destes ciclos e recebiam informações do que ali era discutido. O pico da experiência aconteceu entre os anos de 1967 e 1968, havendo, em seguida, a dissolução da equipe e a impossibilidade de continuação do trabalho.

Experiências semelhantes também se desenvolveram nos Ginásios Vocacionais de São Paulo, de 1961 a 1969, bem como no Ginásio Pluricultural Experimental – GEPE, de 1966 a 1968 (Pimentel & Sigrit, 1971).

Na década de 70 estas iniciativas deveriam ser intensificadas e aprofundadas, mas o que se observou foi um recuo da orientação sexual, principalmente, nas experiências iniciadas em São Paulo. Entre os fatores que podem ser aventados para justificar este recuo, está o parecer emitido no relatório da Comissão de Moral e Civismo do Ministério de Educação e Cultura. Tal parecer fez-se necessário em função da oposição feita pelos conservadores e moralistas ao projeto de lei apresentado pela Deputada Federal Julia Steimbruck, propondo a introdução obrigatória da educação sexual nas escolas de nível primário e secundário do país.<sup>2</sup>

A rejeição do projeto levou as experiências das escolas de introdução à educação sexual para a semi-clandestinidade. Muitos dos projetos iniciais foram interrompidos, não havendo a multiplicação de novas experiências (Werebe, 1978).

---

<sup>2</sup> Para maiores esclarecimentos consultar Werebe, 1977.

No ano de 1970 a censura prévia era instituída no país por decreto presidencial, aprovado no Congresso. Segundo este decreto, o Ministério da Justiça poderia proibir todo o texto que atentasse contra a moral e os bons costumes. Caberia aos poderes públicos a “proteção dos valores éticos indispensáveis à boa formação moral da juventude brasileira”.

O regime militar instaurado no país, em 1964, disseminou uma onda de puritanismo e de repressão legais, desse modo, o clima não era favorável à educação sexual<sup>3</sup>. Entretanto, como atesta Werebe (1978), esta prática não desapareceu das escolas, segundo o resultado de uma sondagem realizada em 1976, existiam cinquenta e seis trabalhos de educação sexual sendo desenvolvidos em dezessete unidades da federação, especialmente em São Paulo.

Na década de 80 as experiências foram retomadas, pelo menos no Estado de São Paulo. Antes, no ano de 1976, época da estruturação da Secretaria de Educação do Estado, surgiu a Coordenadoria de Ensino e Normas Pedagógicas – CENP; com a função de coordenar, planejar e assessorar a prática pedagógica dos educadores da Rede Estadual de Ensino. Pressionada pelo fato da Rede Municipal estar desenvolvendo um programa de educação sexual, encabeçado por Ana América, dá-se início, em 1980, a estruturação de um novo trabalho em nível estadual, orientado pela CENP.

As dificuldades para a implantação desse programa iam desde a resistência à área da educação sexual, até a precariedade de recursos financeiros disponíveis. Ainda assim, o trabalho foi coordenado pelo Serviço de Orientação Educacional (SOE). A partir de um levantamento inicial das dificuldades para implantação dos programas, a CENP iniciou a realização de reuniões com os Coordenadores Pedagógicos e Orientadores Educacionais, das escolas que os possuíam, na capital, além de outros profissionais ligados ao assunto (Ribeiro, 1995).

A primeira experiência foi realizada em 1981, englobando apenas seis escolas, três de Primeiro Grau e três de Segundo Grau. O treinamento

---

<sup>3</sup> No decorrer do texto em algumas ocasiões as expressões educação sexual e orientação sexual serão usadas como sinônimos, pois muitos estudiosos não usavam no passado a distinção entre educação sexual e orientação sexual. Outros, mais recentemente, como por exemplo Maria J. G. Werebe prefere ao invés de falar em educação sexual e orientação sexual, identificar a educação sexual informal como o processo mais amplo de aquisição de informações, valores e atitudes na área da sexualidade humana que começa ao nascer não tendo época para terminar, e a educação sexual formal como a oferta de informações realizada de forma sistematizada durante o período da adolescência. Outros estudiosos, entre os quais me incluo, usam educação sexual para o período mais amplo (educação sexual informal) e orientação sexual com sinônimo da educação sexual formal.

montado, de início, era de quarenta horas. Após este treinamento os profissionais retornavam às suas escolas iniciando a parte prática propriamente dita. A experiência foi bem sucedida, visto ter-se obtido avaliação positiva entre os professores, alunos, pais de alunos e diretores. Apontou-se como uma das dificuldades que não permitiram resultados mais positivos, a resistência de algumas Delegacias de Ensino por medo de que a programação não desse certo, em função de se atuar em área considerada perigosa (Ribeiro, 1995).

Em continuidade a este trabalho, uma segunda experiência tentou incluir também escolas da periferia. Participaram da experiência um total de vinte escolas, porém seis delas acabaram desistindo. Aí também a desistência ocorreu por medo de que o trabalho não desse certo. Não fica claro, se esse medo de que o trabalho não desse certo, não seria na realidade, o medo da oposição da comunidade a este tipo de experiência (Kirby & Scales, 1983).

Os resultados positivos colhidos nas duas experiências levaram a supor a viabilidade de sua expansão. Entretanto, esta ampliação não se verificou, em função da mudança de Governo, no ano de 1983. Neste terreno, parece que com as mudanças de Governo tanto Estadual quanto Municipal, é hábito, freqüente, que as experiências bem sucedidas sejam automaticamente suspensas, ainda que sob o pretexto de uma reavaliação. Quase sempre, os novos governos não dão continuidade a experiências passadas bem sucedidas ou não se aproveitam das mesmas, tentando-se apresentar o “novo começo” como algo inédito, como um fator de promoção política. Pelo menos no que diz respeito a implementação de programas de educação sexual para crianças e adolescentes, não existe o hábito de se colher os subsídios de uma experiência anterior bem sucedida, e dar-lhe prosseguimento ou realizar modificações com vistas a um ajuste (Ribeiro, 1995).

Em 1984 o projeto da CENP voltou a ser retomado, agora com uma nova filosofia, com base nas críticas recebidas. A proposta era trabalhar com professores do Magistério de 1º Grau – antigo Curso Normal. Este trabalho não consistia em prepará-los para elaborar a programação, mas apenas fazer com que passassem pelo processo, com o intuito de que pudessem ficar sensibilizados pelo assunto. Embora não se possua dados sobre os resultados desta experiência, pode-se afirmar que um de seus pressupostos básicos era que a sensibilização do professor (trabalho mais centrado nas atitudes) deveria acontecer durante sua formação como professor de Nível 1, já que caberia aos Cursos de Especialização e Reciclagem oferecerem a fase de aquisição de informações, propriamente dita.

Além desses projetos que também não conseguiram se consolidar, outras experiências, no Estado de São Paulo, foram significativos na área da educação sexual. Entre estes podemos citar alguns projetos desenvolvidos pela Fundação Carlos Chagas, que tiveram seu início no final da década de 70. O primeiro foi uma experiência cujo objetivo era estudar as atitudes dos jovens de diferentes classes sociais em relação à sexualidade, dando origem a uma publicação intitulada *Educação Sexual: Debate Aberto*, feita pela editora Vozes.

A partir desta experiência, os autores do projeto publicaram um outro livro intitulado *Sexo e Juventude*<sup>4</sup>. Esta publicação era dirigida ao Orientador Educacional que quisesse informações para atuação na área da orientação sexual.

O projeto com os jovens visava pesquisar a viabilidade de uma orientação sexual fora dos moldes tradicionais, pela utilização de palestras, conferências, etc., procurando-se saber se era possível abrir-se um espaço para os jovens definirem os seus interesses, as suas próprias questões neste terreno. Tinha-se jovens de diferentes classes sociais debatendo em grupos, com orientadores treinados na Fundação para coordenar os debates.

Os resultados conseguidos não levaram entretanto, a possibilidade de que esta experiência pudesse ser aproveitada na Rede de Ensino Estadual, não estando as autoridades competentes, antenadas com uma experiência, que apesar de ter sido realizada por uma instituição dedicada à pesquisa e a projetos inovadores na área da sexualidade humana, apontava para uma forma de se proceder a orientação sexual no panorama escolar. Por outro lado, fica evidente a grande resistência em se colocar em prática os resultados de pesquisas, quando estas enveredam pelo terreno da sexualidade e evidencia-se um choque entre uma postura mais liberal com o conservadorismo imperante.

Dando prosseguimento a esta panorâmica histórica, poderíamos ressaltar que no ano de 1987 na tentativa de integrar os principais grupos que estudam a sexualidade humana em áreas multidisciplinares, em nível de Educação, Psicologia Social, Sociologia, Medicina, etc. foi criada a Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana, SBRASH. Esta Sociedade surgiu com a finalidade de aglutinar grupos isolados de profissionais que lidam com a sexualidade, sendo que a idéia da criação foi propiciar a reunião desses grupos.

---

<sup>4</sup> Para maiores esclarecimentos consultar Barroso, C. & Bruschini, 1982.

Apesar de ter sido fundada em 1987, a Sociedade só conseguiu publicar uma revista no ano de 1990, em parceria com a editora Iglu.

A Sociedade Brasileira de Sexualidade Humana vem preocupando-se com a educação sexual, por considerar esta área repleta de problemas. Uma de suas maiores inquietações neste sentido, refere-se a caracterização de quem desempenha o papel de educador sexual? Considera que não existe um perfil traçado deste profissional. Argumenta que existe muita dificuldade de profissionais não treinados lidarem com o assunto, em função da multiplicidade de pontos de vista. Pela ausência de critérios para atuar na área podem ser cometidas vieses, que culminariam com a oferta de uma educação sexual repressora, contaminada por influencia de valores e atitudes não alicerçadas pela contribuição da ciência (Ribeiro, 1995).

De um modo geral, o que vem acontecendo é que a educação sexual acaba caindo nas mãos do professor de Biologia, abordando-a no tema Reprodução Humana. Em função do despreparo deste professor, a sexualidade reduz-se a uma aula de reprodução humana, pelo fato do responsável pelo assunto não ter sido preparado. Normalmente, o que se assiste é a *biologização* da orientação sexual, deixando-se de lado aspectos de fato mobilizadores para os adolescentes, de modo que as questões relativas a aspectos psicológicos, sociais e existenciais relacionados à sexualidade humana, não são foco de exploração e discussão.

Em função desta realidade, a Sociedade tem uma proposta que pretende apresentar ao Ministério da Educação, para a criação de cursos de formação do educador sexual. Nesta proposta, a Sociedade pretende a preparação em três níveis para a intervenção do educador sexual no âmbito escolar. Um nível básico, onde todos os profissionais deveriam ter acesso a informações sobre sexualidade humana. O segundo nível, dirigido aos familiares dos alunos, e ainda um terceiro nível de assessorar a implantação e funcionamento de programas de orientação sexual nas escolas. A proposta da Sociedade num primeiro momento seria introduzir o Nível Básico (nível 1) em todas as escolas, inicialmente em nível universitário, por não existir nenhuma universidade que prepare alguém para exercer a função de educador sexual. Acrescente-se que não existe uma legislação que regulamente a formação deste profissional.

Por outro lado, a Sociedade defende a idéia de que este trabalho deverá iniciar-se pelo nível 1, pelo fato de poder ser o mais adequado para o

Brasil, em função de nosso estágio nesta questão. Deve existir também uma preocupação em definir o que será esta educação sexual e o que se pretende com ela. Caso contrário, esta educação terá grandes possibilidades de ser utilizada como mecanismo de opressão e imposição de valores e atitudes que pouco favoreceriam um avanço para o busca de um forma de vida mais satisfatória e saudável na área da sexualidade.

Para se ter uma idéia das dificuldades impostas em relação à formação do profissional responsável pela educação sexual desenvolvida nas escolas, o depoimento de um membro da Sociedade é exemplar para sinalizar os cuidados que devemos ter com esta formação. Conta o profissional, que ocupa cargo de direção na SBRASH, que por volta do ano de 1989 a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo resolveu fazer uma reciclagem dos professores que eram os responsáveis pela temática da sexualidade nas escolas. Reuniram-se então numa classe, todos os professores que ministravam aulas sobre o assunto nas escolas estaduais. A característica principal da maioria desses professores, além da atitude rígida e preconceituosa era a desinformação da fisiologia sexual:

....então reuniram-se numa classe professores do Estado de São Paulo todo, que davam educação sexual nas escolas. Veio gente da capital e do interior.... . Olha, foram as cabeças mais fechadas que eu já conheci na vida. Eu fui falar de sexualidade e, entre outras coisas.....falei da masturbação. As pessoas não quiseram aceitar, pura e simplesmente, que a masturbação é um componente natural da sexualidade..... . O adolescente está excitado, não tem com quem ter relações sexuais, ele tem mais é que se masturbar! Eles querem colocar limites. Então tinha um professor.... : - mas como pode se masturbar, sem fazer mal? – O que quiser, o quanto ele agüentar, o quanto o organismo exigir, enquanto tiver tesão (resposta dada à sua pergunta). – Não,..... não vai fazer mal? Não vicia? Aí eu disse: - Você está vendo a coisa do ponto de vista errado! Então eu insisti , insisti.....e chegou a hora que alguém perguntou assim: - Na ejaculação a pessoa não perde proteínas? Eu falei: - Olha, vamos fazer o seguinte, você tenta se desidratar cuspendo; o dia em que você conseguir, eu concordo que a masturbação conduza à significativa perda de proteínas. O sujeito foi embora assistiu uma semana de curso e eu tenho absoluta certeza, que ele voltou para casa com a mesma idéia. Essa pessoa é a responsável pela educação sexual de uma escola. (Ribeiro, 1995, p.91)



Outra demonstração de que em nosso país projetos bem sucedidos acabam não tendo seus resultados aplicados e disseminados no cenário nacional, na área da orientação sexual, é a experiência realizada na cidade de Campinas. Esta experiência aconteceu nos anos 80/90 e continua ocorrendo através do funcionamento de um programa de orientação sexual na Rede Municipal de Ensino.

Nesta empreitada chama a atenção o longo período de sua duração, quando nos deparamos com o curto espaço de tempo que duraram outras tentativas no mesmo sentido. O programa funciona a cerca de vinte anos. Iniciou-se quando uma escola da Rede Municipal de Campinas convidou um psicólogo para fazer uma palestra sobre educação sexual. A partir da realização desta palestra, apareceram as necessidades da escola neste terreno.

A escola então solicitou a continuidade do trabalho e o psicólogo em questão, convidou um outro colega de profissão para iniciar uma intervenção mais sistemática na área da educação sexual. Desse modo, pode-se identificar a motivação inicial emergente na própria escola, que sentiu a necessidade e importância dessa programação, mas em condições normais poder-se-ia esperar a interferência dos Coordenadores Pedagógicos nesse sentido, caso a maioria das escolas pudesse contar com os serviços desses profissionais (Ribeiro, 1995).

A intervenção inicial começou apenas numa escola. De posse de resultados concretos, a escola foi à Secretaria de Educação e pediu a oficialização do trabalho. A partir daí outras escolas da Rede Municipal interessaram-se pela implantação da programação. Ficam evidentes um longo período para a consolidação da experiência em apenas uma escola e o crescimento progressivo no interesse, baseado no sucesso da experiência. Só nesta escola a equipe ficou por três anos, e só então ampliou-se o número para quatro outras escolas que se interessaram. Em seguida passou-se a atender dez escolas e hoje todas as escolas que compõem a Rede Municipal participam do projeto.

O trabalho nos anos 90 esteve sob a coordenação de um psicólogo, uma Pedagoga da Secretaria de Educação e uma equipe de profissionais cedida pela Secretaria de Saúde da Prefeitura. O trabalho é construído em torno da figura do professor, considerando-se isto básico para o sucesso. Neste programa defende-se a idéia de que quem deve ministrar a orientação sexual é o professor. Segundos depoimentos de avaliação do programa, fica claro que se o trabalho não estivesse centrado no professor, não se teria atingido todas as escolas. Talvez

esta postura advenha da conscientização dos coordenadores do programa, da impossibilidade de contarmos com especialistas no assunto, pois na época não existia no Brasil um curso de formação de educadores sexuais, a não ser em nível de Pós-Graduação Lato Sensu.

O funcionamento do programa acontece da seguinte forma. Cada escola manda um professor para ser treinado em orientação sexual, pela equipe já citada. Após receber o treinamento, o professor volta à escola de origem, iniciando a programação. O que se pretendeu foi fazer com que este professor ficasse responsável pela escola. Então, os professores de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> série da escola começaram a procurá-lo a fim de receber informações sobre a sexualidade, transformando-o no responsável pela programação na unidade escolar (forma de descentralizar as decisões, a partir das críticas relativas à centralização excessiva das experiências desenvolvidas pela CENP, nas décadas de 70/80).

Outra experiência bem sucedida na implantação de programas de orientação sexual em nível escolar, que poderia ter se ampliado e fornecido bases para a implantação de programas deste tipo no Estado de São Paulo, quiçá em todo Brasil, foi o programa de orientação sexual desenvolvido na Rede Municipal da cidade de São Paulo.<sup>5</sup>

Neste projeto o Grupo de Pesquisa em Orientação Sexual – GTPOS - foi convidado em 1989 pelo professor Paulo Freire, então Secretário Municipal de Educação da cidade de São Paulo, na gestão da Prefeita Luísa Erundina de Souza, para implantar um projeto de orientação sexual para adolescentes nas escolas da Rede (1989–1992). Foi então introduzido o Programa de Formação permanente dos educadores, dentro de uma dinâmica da interdisciplinaridade.

O projeto tinha como objetivos: 1) desenvolver um processo participativo nas decisões e ações sobre o currículo, 2) respeitar a autonomia da escola, 3) valorizar a unidade teoria-prática. O projeto visava atingir o professor e o aluno. O projeto tinha a intenção de que o professor aumentasse sua informação na área da sexualidade e que trabalhasse dentro de uma metodologia participativa. Por outro lado, o educando teria a oportunidade de refletir sobre seus valores e o dos outros, de modo que se criassem condições para o exercício de uma vida afetivo-sexual com amor, respeito e responsabilidade.

---

<sup>5</sup> Para uma visão mais minuciosa desta intervenção consultar *Sexo se aprende na escola*, GTPOS, 1995.

A concepção do projeto levava em conta, desde seu início, de que há grande diferença em ter informações adequadas na área da sexualidade humana e de fato poder colocá-las em prática. Os autores da proposta tinham claro, de que para as mudanças comportamentais, apenas a utilização de aulas expositivas seriam de pouco valor, sendo imprescindível que o aluno tenha tempo para pensar sobre seus valores e avaliá-los.

Para poder garantir que os alunos não dispersariam dos encontros para o desenvolvimento da programação, partiu-se da premissa de que os temas a serem abordados fossem escolhidos por eles próprios. Os professores tinham a necessidade de aprender a como se comportarem consoantes com a metodologia participativa. Já que nesta estratégia evita-se responder precipitadamente as dúvidas dos alunos, as discussões necessitam ser amplas, abordando para cada questão aspectos sócio-político-culturais que envolvem o tema e as emoções em jogo (Sexo se Aprende na Escola, 1995, p.99).

De início os coordenadores do projeto prepararam um questionário, publicado no Diário Oficial, que deveria ser respondido pelos interessados em participarem do treinamento, que seria oferecido aos selecionados. Entre as questões que faziam parte do questionário, a que era a pergunta crucial referia-se ao fato de saber se o professor era procurado pelos alunos para conversar sobre sexo. Outras questões versavam sobre a infra-estrutura da escola para tocar o projeto e a disponibilidade de tempo do interessado para supervisão e estudo.

Aos selecionados ofereceu-se um workshop de dezesseis horas, que tinha maior preocupação com o questionamento de uma postura do que com a aquisição das informações necessárias. Após o treinamento o professor participava de supervisões semanais de duas horas. O começo da intervenção junto aos alunos estava condicionada pelo fato de se respeitar o tempo necessário para que o professor se sentisse à vontade diante do tema.

As supervisões tiveram a duração de dois anos, em grupos de dez professores. Durante a supervisão aconteciam a preparação das sessões para abordagem dos temas solicitados pelos alunos, aprofundamento das informações solicitadas diante dos itens, troca de experiências e exposição das dificuldades do orientador.

O programa desenvolvido junto aos alunos foi oferecido fora do horário das aulas, numa variedade grande de possibilidades. Não se tornou

obrigatória a participação dos alunos, pela dificuldade de se introduzir a orientação sexual no apertado calendário escolar, além da falta de professores suficientes para ministrá-la pela carência de profissionais especializados no assunto.

O programa foi iniciado com os alunos da 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries, estendendo-se mais tarde para as classes mais novas. A etapa centralizada foi até dezembro de 1990, sob a coordenação do GTPOS e acompanhamento da Divisão de Orientação Técnica (DOT) da Prefeitura. A partir de janeiro de 1991 sucedeu-se uma descentralização, passando a coordenação a ser realizada pelo DOT e pelos Núcleos de Ação Educativa (NAE), com assessoria do GTPOS.

Na avaliação realizada sobre a adequação do programa, os resultados mostraram-se positivos e animadores para a ampliação da experiência para muitas outras escolas. Os professores consideraram satisfatória a supervisão, relatando como a participação no projeto havia afetado sua prática pedagógica, sua compreensão dos adolescentes, melhorando seu relacionamento com os alunos e indiretamente favorecendo um melhor desempenho escolar por parte destes.

Na avaliação feita pelos alunos ressaltaram o aumento das informações, ampliação na capacidade de pensar e expressar opiniões próprias, na capacidade de falar sem constrangimentos sobre os temas, desenvolvimento de uma visão crítica, mudança na visão do que é ser homem e mulher, aumento da auto-estima, etc.

Para concluir sobre este projeto pode-se contabilizar que no período de 1989-92 foram treinados 1.105 professores e atendidos 30.000 alunos, em sua maioria pertencentes à 6<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries. Na capacitação para pré-escola foram treinados 189 professores de 101 escolas.

No entanto, como é de praxe, a partir da troca do Governo Municipal, que passara às mãos de um novo partido político, o programa foi interrompido. Embora a experiência tenha sido avaliada como bem sucedida, a Secretaria de Educação do novo Governo prometeu reformular o projeto (o que não parecia necessário) que seria retomado em agosto de 1993, passando a chamar-se “Programa de Atendimento Integral ao Escolar” e englobaria a orientação sexual, AIDS, doenças sexualmente transmissíveis e prevenção do uso de drogas. Esta postura caracteriza uma flagrante desprezo por um trabalho cuja eficácia, se houvesse a utilização de bom senso e uma preocupação com a

necessidade de se priorizar o aspecto educacional, não deveria ter sido interrompido (Ribeiro, 1995)

Outro ponto a se destacar nesta trajetória, é a implantação de programas de orientação sexual nas escolas particulares freqüentadas por alunos da classe média alta, na cidade de São Paulo a partir dos anos 90. Parece que a mobilização para justificar tal medida seria a disseminação da AIDS em nosso país e o crescente aumento da gravidez na adolescência. Dentre estas escolas podemos citar: o Colégio Pio XII, o Bandeirantes, o Equipe, Nossa Senhora do Morumbi e Porto Seguro.<sup>6</sup>

A situação para a próximos anos parece adicionar um complicador, a partir da publicação no ano de 1996, da Nova Lei de Diretrizes e Bases e do Plano Nacional de Educação. Nestes documentos a educação sexual deverá ser trabalhada em todas as escolas, inserida dentro do que foi identificado como *Temas Transversais*. Após a publicação da lei, não se tem notícia de esforços das Secretarias Municipal ou Estadual de Educação, pelo menos no Estado de São Paulo, para criação de um programa de capacitação dos professores para lidarem com esta questão. Corre-se o risco de termos uma legislação que não será cumprida pelo despreparo dos professores para atuarem nesta área.

Nesta introdução fizemos uma breve revisão da relação escola - sexualidade e das tentativas de implantação e funcionamento de programas de orientação sexual no Brasil, com maior ênfase no ocorrido no Estado de São Paulo. Adiante, conforme nosso propósito, iremos investigar duas concepções teóricas que norteiam, ainda hoje, de forma definitiva as orientações nas áreas da educação e da orientação sexual.

### **Freud e a sexualidade: algumas considerações**

Freud revolucionou o conhecimento da Medicina do seu tempo sobre a questão da sexualidade. Isto aconteceu ao publicar a *obra Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905). Foi o responsável pela desestruturação e desmistificação das concepções vigentes sobre o instinto sexual. Teve a coragem de desafiar as teses dominantes na Medicina do século XVIII, e criou grande polêmica ao afirmar, mediante os resultados dos trabalhos realizados na

---

<sup>6</sup> Para maiores esclarecimentos consultar *A morte de dona cegonha*, Suplemento Veja – São Paulo, 1993, p.14-19.

observação de seus pacientes, que a sexualidade não estava ausente na infância como se pensava, que não se manifestava apenas na puberdade e através de uma atração irresistível entre os sexos opostos.

É interessante antes de adentrarmos mais especificamente no legado de Freud que exerce, ainda hoje, forte influência sobre as diretrizes aplicadas à questão da educação sexual, que abordemos uma diferença básica entre o controle exercido sobre o comportamento sexual através do que ficou conhecido como *Ciência Sexual*<sup>7</sup> de um lado e a *Arte Erótica* de outro. Este tipo de Ciência é uma criação do Ocidente, em contraste com a Arte Erótica, verificada em outras culturas. A Arte Erótica consiste em um conjunto de técnicas, de um saber prático que se apresenta sob a forma literária ou poética, tendo reflexos no corpo e no espírito (Souza, 1997).

A Arte Erótica não estabelece uma distinção entre o proibido e o permitido, cabendo ao próprio sujeito elaborar aquilo que coloca em prática. A Arte Erótica é confundida com o sagrado em muitas culturas: Grécia e Roma clássicas, O Hinduísmo Védico, O Taoísmo Chinês, etc. (Souza, 1997).

Como aponta Foucault (1988) a Ciência Sexual foi uma forma de saber desenvolvida a partir do século XVIII, graças a nascente fisiologia da reprodução e ao saber médico. Se na Arte Erótica o saber é deixado aos encargos do folclore popular e dos confessores, na Ciência Sexual há uma apropriação da sexualidade em seu aspecto normativo, através do discurso científico.

Segundo Foucault (1988) a literatura médica relativa ao sexo ganha importância na regulamentação da conduta sexual, quando esta passa das mãos da Teologia para a da Ciência. Isto acontece em função da separação entre Igreja e Estado. O sexo passa a ser algo do interesse do Estado, que se detinha na preocupação com o controle demográfico e suas implicações econômicas.

É na Biologia que a Medicina do século XVIII vai buscar a fundamentação para considerar a sexualidade humana como um fenômeno natural. O sexo enquanto fenômeno da natureza tem como função a propagação da espécie, passando a estar vinculado a função reprodutiva (Souza, 1997).

Em seguida a Medicina transfere seu discurso *normativo* (sexo para fins reprodutivos e criação de normas para afastá-lo de outras

---

<sup>7</sup> Para uma visão mais ampla da questão, aconselhamos a consulta à obra *Conhecimento sexual, ciência sexual: a história das atitudes em relação à sexualidade* de Roy Porter & Mikulas Teich (Org.), 1998.

possibilidades) para a Pedagogia. Esta o encampa e as escolas passam a falar da sexualidade sob a capa da repressão, através da vigilância das crianças, no combate à masturbação, na separação dos sexos etc. Ao impulso sexual só se permite que seja utilizado para fins reprodutivos, qualquer outra modalidade colocaria a espécie humana em perigo.

A concepção biológica da sexualidade foi questionada de maneira contundente, diante das colocações freudianas, contidas nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* já citado anteriormente. Freud questiona a invariabilidade da manifestação do instinto sexual, centrando-se na questão da homossexualidade. Pretendia com isto chamar a atenção para o fato de que existiam desvios do instinto sexual em relação a seu objeto. Usando como exemplo o homossexualidade, afirma que esta não se trata de uma anomalia da sexualidade (da pulsão em relação a seu objeto), mas de algo accidental em razão da história do sujeito, tendo pouco haver com a determinação biológica para um rígido padrão de escolha da orientação sexual do desejo.

Freud vai mais além ao questionar o conceito de perversão, concebido como atividades sexuais que não envolviam a zona genital, mostrando que formas de perversão podem estar presentes em atos considerados normais. Nos seres humanos podemos encontrar formas de manifestações do instinto sexual cuja pulsão foi investida em outras partes do corpo, numa reminiscência de fases arcaicas do desenvolvimento da sexualidade infantil (oral, anal e fálica).

Com aponta Souza (citando Freud, 1977a) os reflexos biologicamente herdados, como por exemplo a sucção, que tem o objetivo saciar a fome, aliada ao prazer consecutivo desta satisfação, desenvolvem em paralelo o prazer sexual. Deste modo, o prazer sexual torna-se independente, pois quando a criança suga o polegar o prazer experimentado pode estar desligado da sensação de fome, pois os lábios tornaram-se uma zona erógena.

Por último, pode-se afirmar que Freud conclui que a sexualidade humana não é regida por diretrizes registradas em nossos corpos pela Biologia, mas que se manifesta por um movimento de desvio, de desnaturalização do instinto sexual. Por conseguinte, não se pode admitir que teríamos de predizer uma forma *natural* pretendida para o exercício de nossa sexualidade por influencia de pressupostos legados pela Biologia.

## A escola e as colocações de Freud

A princípio deve-se acrescentar que ligar a obra de Freud à educação sexual, segundo sua própria visão seria muito difícil. No entanto, Freud abordou de forma direta a questão da educação sexual em um texto de 1907 onde discorre sobre o *esclarecimento sexual das crianças* (citado por Kupfer, 1989).

Freud começou a ser interpelado sobre o assunto, na época em que formulou as relações entre cultura e sublimação, quando era consultado sobre a forma de aplicar suas descobertas na educação sexual de crianças. Ao se posicionar sobre o tema esclareceu que as crianças deveriam receber educação sexual desde que mostrassem interesse. Pois se na criança existe algo da natureza sexual, parece impossível que lhes neguemos acesso à informação, já que o que solicitam no plano intelectual, já o estão vivenciando ou vivenciaram na prática.

Neste texto, Freud aborda sobre os motivos que levariam os pais e educadores a manifestarem atitudes negativas diante da oferta de informações aos filhos. Presumia, que os pais tinham medo de dar informações aos filhos por acreditarem estar estimulando precocemente a sexualidade que só deveria desabrochar durante a puberdade.

Freud chega a apontar como saída que devêssemos informar pais e educadores sobre o desenvolvimento da sexualidade infantil. Chegou a pensar com entusiasmo nessa solução até, aproximadamente, o ano de 1910. Entretanto, de forma pessimista no texto citado, deixa antever sua descrença na possibilidade de os pais poderem fornecer uma boa educação sexual para os filhos. Seguindo essa afirmativa freudiana, pode-se argumentar que a escola deveria desempenhar importante função na educação e orientação sexual de seus alunos, a partir desta limitação apontada na atuação dos pais.

A escola no Ocidente está presa a tradição iluminista de que o conhecimento científico tem um potencial libertador. No entanto, parece que a informação sexual fornecida nas escolas está ligada a *biologização da sexualidade*, resumindo-se a algumas aulas sobre o funcionamento do aparelho reprodutor e, mais recentemente, com a disseminação de informações sobre a prevenção da AIDS. Os adolescentes percebem que as informações transmitidas resvalam para assuntos que não estão no centro de seus interesses. Gostariam mais de discutir o prazer sexual, o enamoramento, as paixões, as inquietações diante da *primeira vez* etc.



Parece entretanto que a orientação sexual (informações dadas aos adolescentes na escola), de um modo geral, se justificaria nos últimos anos, apenas em função de coibir a disseminação da AIDS e tentar reduzir o e aumento das tachas de gravidez na adolescência.

Por outro lado, na década de 60 ficou patente a disseminação de publicações de inspiração psicanalítica desaconselhando a repressão às manifestações da sexualidade infantil na escola, antes que esta possa entender as razões da proibição, visando sua felicidade sexual futura. Souza (1997) acredita existir uma interpretação equivocada nesse sentido sobre as idéias de Freud, ao se atribuir a felicidade como objetivo por meio da crítica à escola ao que tinha de repressiva, contrária ao que Freud pensava a respeito.

Freud acredita que a sociedade tem como um de seus atributos importantes dosar e restringir a pulsão sexual e sujeitá-la a uma vontade individual que é idêntica à ordem da sociedade (Freud, 1977b). Isto não significa que não aponte os exageros de uma moral sexual demasiado austera, e não acredita que a educação possa ser outra coisa sem a repressão ao preenchimento do desejo humano, porque a civilização necessita desta repressão para constituir-se. Freud não era defensor da permissividade educacional, justificando a necessidade da repressão, coerente com suas contribuições teóricas.

Numa reviravolta a partir da década de 80 os psicanalistas começaram a criticar os pais e professores pela falta de limites colocados na educação das crianças. Tendo como consequência a formação de pessoas egoístas, mimadas, sendo que esta falta de limites era responsável por uma futura fragilidade psíquica, fornecendo o apelo às drogas, ou fazendo os jovens sucumbirem à frustração, por não poderem consumir tudo que a publicidade veicula (Souza, 1997).

Freud manifestou sua visão pessimista sobre a possibilidade da escola ter participação na produção de futuros adultos felizes no terreno da sexualidade, porém pôde ensinar conteúdos, inseridos na tradição cultural em que a escola está enraizada. A percepção da sexualidade saudável que é oferecida às crianças e jovens, dentro e fora da escola, na tradição iluminista, é restritiva, banalizadora e autoritária. Talvez a escola pudesse repensar sua ação não apenas no âmbito científico, abrindo espaço também para explorar a sexualidade nos campos literário, artístico, filosófico que podem oferecer outras percepções acerca da sexualidade (Souza, 1997).

Por último, registre-se que Freud (citado por Kupfer, 1989) chega a propor que os pais deveriam ser afastados da tarefa de informar sexualmente os filhos, o que parece uma forma de se fugir ao problema, do que tentar enfrentá-lo. A saída vislumbrada ao achar que cada pai, por iniciativa própria, se submetesse a uma análise, está longe de poder ser considerada como solução possível em nível coletivo.

### **Reich a sexualidade e o processo educativo**

A importância fundamental da contribuição de Reich (1897-1957) foi acentuar o importante papel atribuído à sexualidade como determinante do comportamento humano. Reich desenvolveu suas idéias tendo como base a matriz do pensamento psicanalítico e o humanismo do Renascimento. Antes que realizasse uma leitura cuidadosa dos escritos freudianos, causava-lhe indignação que a sexualidade e a procriação fossem considerados sinônimos e a existência, entre tantos instintos identificados, de um *instinto moral*, encarregado da moralidade, sendo sua origem apresentada como filogenética. Também lhe causava desgosto o tratamento ético dado às perversões sexuais, consideradas coisas do diabo, degeneração moral. Os criminosos eram considerados como que marcados biologicamente, não sendo possível qualquer tipo de ajuda (Reich, 1987)<sup>8</sup>

No Renascimento, período compreendido entre os séculos XV e XVI, o Ocidente assistiu profundas transformações políticas, econômicas, sociais e religiosas. No terreno religioso a Igreja católica defendia a submissão do homem a *vontade de Deus* e a seus interpretes na terra: a classe clerical (Albertini, 1997).

No terreno da sexualidade a Igreja distinguia entre o *amor profano* (carnal) e o *amor espiritual*, sendo que somente o segundo produziria uma forma de satisfação plena, conduzindo ao engrandecimento da alma, abrindo o caminho para a vida eterna. Idealizava uma vida ascética, inimiga do prazer mundano, da fruição dos instintos, dando pouco valor à vida terrena.

Os humanistas propagavam sua revolta contra a tirania dos dogmas religiosos e apoiados pela emergência da força da Ciência Moderna (que retira

---

<sup>8</sup> Nas citações das obras de Reich, a primeira data refere-se ao ano da publicação original, a segunda ao ano da publicação utilizada.

o monopólio do saber das mãos da Igreja) acreditam na possibilidade da razão ser a faculdade diretora da ação humana. Nesta nova proposta de se encarar a existência humana, no terreno da sexualidade, apesar de defenderem uma nova filosofia de vida que abolia a idéia de pecado, propondo a alegria de viver na terra, ainda eram reticentes quanto a libertação dos *instintos corporais prazerosos* (Albertini, 1997).

Ressaltando a influência de Freud sobre a teoria reichiana, pode-se constatar que o fascínio de Reich pelas contribuições iniciais de Freud fez com que desenvolvesse forte admiração e respeito intelectual, a ponto de Reich, durante boa parte de suas formulações teóricas, submeter a visão crítica de Freud seus manuscritos. A ruptura entre ambos, vai acontecer quando Reich rejeita a postulação feita por Freud da existência de uma pulsão (algo primária e natural) auto e heterodestrutiva no homem, representada pela pulsão de morte (Albertini, 1997).. Nesse sentido passa a defender a idéia, que forças auto-destrutivas podem emergir sem que possam ser mobilizadas por situações marcadas pela história de vida do sujeito.

Reich ao defender um conceito positivo da natureza humana, tanto em relação a natureza externa, quanto interna, não aceita esta proposição de Freud, passando a defender a luta pela possibilidade do prazer ser vivido da forma mais plena possível. Considera que só emergirão forças destrutivas se os sujeitos se submeterem a um estilo de vida pouco satisfatório quando a razão não conseguirá funcionar.

### **Reich e a educação sexual**

Pode-se argumentar que as propostas educativas reichianas apoiam-se na sua concepção teórica, enquanto analista, de que adultos que conseguiam estabelecer vínculos amorosos/sexuais em suas vidas, apresentavam melhoras em seu estado geral e se tornavam mais inunes ao retorno dos sintomas neuróticos já trabalhados na análise. Esses vínculos na realidade, tinham que conduzir a possibilidade de se conseguir o prazer sexual, o prazer orgástico, já que uma vida sexual amorosa satisfatória não dependia apenas da realização do ato sexual (Reich, 1987).

Para Freud os desejos inconscientes liberados pelo paciente submetido à psicanálise, quando tornados conscientes poderiam ter três destinos: 1) serem dominados pelos *recursos superiores* - o recalque seria

substituído pelo julgamento e condenação conscientes, 2) serem compensados pela sublimação – deslocamento da energia do desejo para outros alvos socialmente valorizados e 3) serem satisfeitos de forma direta pela liberação do desejo liberto.

Segundo Reich, a satisfação sexual direta consegue descarregar mais quantidade de libido (energia sexual), quando comparada com a satisfação propiciada pela sublimação. Reich não acredita que o ser humano consiga descarregar toda a libido apenas via sublimação, sem que haja comprometimento de sua saúde psíquica, já que essa descarga evita a formação de um grande acúmulo de energia. Nesse sentido, uma leitura mais cuidadosa de Freud, mostra que apesar de considerar que o primeiro destino dos desejos inconscientes é o mais freqüente, reitera a necessidade de que uma parte dos desejos libidinais tem de encontrar satisfação direta, e este cerceamento acarreta prejuízos funcionais para o sujeito (Albertini, 1997).

O conceito central da teoria reichiana é a potência orgástica, que é definida como a capacidade de envolvimento e entrega total de uma pessoa no encontro amoroso, que acontece no clima orgástico (Reich, 1987).

A todos os pontos já apresentados, destaque-se que Reich sempre manifestou fortes preocupações com questões sociais, estando preocupado com saúde pública e prevenção de doenças psicológicas. Na perspectiva social alimentou esperanças de que a Revolução Socialista de 1917 desencadeada na antiga União Soviética, na qual se engajou no embate entre pró-comunismo contra o nazismo, pudesse produzir diretrizes educacionais que conduziram a uma maior saúde psíquica da população (Boadella, 1985).

É importante destacar segundo nosso interesse, como as questões iniciais colocadas por Reich levaram-no a discutir do ponto de vista sociológico, o tema crítico de como os sistemas políticos poderiam impor sanções à realização sexual, em nome dos interesses das classes dominantes. Durante algum tempo acreditou que a Revolução Socialista de 1917 pudesse instituir uma forma de regime que se aproximasse de seus ideais, que conduziram toda a população a uma vida mentalmente saudável. Porém, os ideais desta revolução no terreno da sexualidade não se sustentaram por muito tempo e o desencanto de Reich foi notório, a ponto de passar de sua posição de ideólogo das reformas no âmbito sexual, a alguém acusado de desviar a atenção dos motivos principais da revolução para o terreno da sexualidade (Boadella, 1985).

Reich chamou de miséria social o choque entre as exigências biológicas de uma sexualidade natural e a repressão à sexualidade exercida pelos regimes autoritários. Na antiga União Soviética a reforma sexual pretendia eliminar as irregularidades na vida sexual das pessoas. O que não foi possível, pois as classes dominantes para manter e controlar o poder, em choque com as necessidades sexuais biológicas, levaram a uma crise indissolúvel no contexto social (Reich, 1979)

É neste contexto de transformações sociais que Reich vai abordar a área educacional. Seu público alvo são os pais, professores, atendentes de creches e orfanatos. Reich mesmo atrelado as concepções freudianas dos anos 20, de que a neurose é algo inevitável no mundo civilizado e pouco se pode fazer para preveni-la, neste período elabora propostas educacionais objetivando minimizar as dificuldades humanas (Albertini, 1997).

As idéias de Reich sobre educação podem ser inferidas, a partir de duas publicações: do livro *O Caráter Impulsivo* (1975a)<sup>9</sup> e do artigo *Os pais como educadores: a compulsão a educar e suas causas* (1975b).

Longe de ser o defensor da liberdade total no terreno da sexualidade, afirma a necessidade de contenção por parte do educador. Para Reich a boa educação seria a que conseguisse colocar limites, sem inibir completamente a vida pulsional das crianças, proporcionando a dosagem ótima entre frustração e satisfação pulsional. O erro educativo seria função tanto do exagero quanto da falta de ação repressiva por parte dos pais e educadores. A crise na educação sexual começa com a falta de esclarecimento sexual. Os pais deveriam orientar os filhos, com a contemplação do nu como algo natural e não fazerem mistérios sobre as questões sexuais (Reich, 1978).

Entretanto, geralmente a educação infantil, desde cedo, instala na criança o sentimento de culpa pelo prazer da observação e exibição das partes eróticas do corpo. Porém, como o impulso sexual é forte, vai entrar em conflito ao tentar inibi-lo. A educação pudica que proíbe a exibição das partes sexuais, vai dar a estes comportamentos um caráter místico, sendo a contemplação natural e saudável das partes eróticas do corpo substituída pela curiosidade lasciva.

Existe para a prevenção da saúde mental nas crianças, a necessidade de uma educação sexual afirmativa, por parte da família e dos

---

<sup>9</sup> O obra de Reich, até a presente data, não foi publicada em português. O texto pode ser consultado no livro *Early Writings*, 1975a, v. 1, p.237-332.

educadores, pois, se assim não procederem, o caminho estará aberto para a futura atrofia da vida amorosa e a formação de um solo fértil para o desenvolvimento de sintomas neuróticos ou a eclosão de uma perversão exibicionista. A educação sexual afirmativa conduzirá a criança a não experimentar vergonha ou inibição diante dos órgãos sexuais. Esse primeiro momento crítico propiciará à criança sentir-se à vontade para iniciar suas perguntas, com vistas à obtenção de informações sexuais.

No artigo citado acima, faz alusão a um fato que poderia explicar, em parte, a tendência dos *educadores* em reprimir as manifestações da sexualidade dos *educandos*. Diante das práticas sexuais instintivas por parte dos filhos, muitos pais podem entrar em contato com os seus desejos sexuais reprimidos durante a sua própria infância.

Outro tipo de motivação apresentada para justificar o comportamento compulsivo dos pais para educar, tem também ligação direta com a própria infância do educador. Incumbido da função de corrigir tudo que possa ter saído errado em sua educação, não consegue perceber que a força primitiva de seu inconsciente pode transformar sua ação em vingança, pelo uso da compulsão sádica para educar, com base nas motivações inconscientes.

Ainda nestas duas publicações, Reich repudia toda forma de frustração imposta à criança de maneira desnecessária. Apesar de neste ponto de sua obra admitir a inevitabilidade da neurose, mais tarde se afastara desta postura, defendendo a possibilidade de um desenvolvimento sadio, se forem dadas certas condições sociais (Reich citado por Albertini, 1994, p. 64).

Em relação a questão da vida sexual dos jovens, Reich já na década de 20 posicionava-se contra a proibição de atividades sexuais fora do casamento, pois seria uma forma de destruir relações sentimentais entre eles. As ligações sexuais deveriam ser governadas pela sexualidade, não havendo a imposição de interesses econômicos da superestrutura ideológica da sociedade. Ao ser admitido como idealizador, na terreno da sexualidade, das transformações que a Revolução na União Soviética de 1917 se propunha, pretendia livrar os jovens da obrigatoriedade do casamento compulsório indissolúvel, as ligações deveriam se manter enquanto o amor estivesse vivo entre os parceiros, como forma de garantir a satisfação de necessidades biológicas neste terreno. A reforma sexual pretendida não foi consumada, e o casamento monogâmico é indissolúvel passa a ser o pretendido, como forma de atender os interesses através das leis da herança e concepção. A rigorosa fidelidade da esposa encontra defesa nos

escritos religiosos, porém, em verdade, camufla o controle da concepção de filhos bastardos (Reich, 1979).

Ainda no final da década de 20 observa-se na obra de Reich um conceito que vai assumir o papel central em seu referencial teórico a *auto-regulação*, descrita como uma espécie de competência biológica espontânea e criativa da própria vida. Em função da existência deste *potencial criativo interno*, a educação deve propiciar condições para que este potencial seja exercido em plenitude (Reich, 1980). O sentimento de culpa que poder ser implantado na criança ao se masturbar livremente, faz com que esta se masturbe muito mais, pois o sentimento de culpa, o medo e a contrariedade aumentam a excitação sexual (ibid., p. 37-9).

Reich concorda com Freud, quando este defende a idéia de que existem relações entre o comportamento sexual e a vida como um todo. O comportamento sexual de um ser humano, freqüentemente, constitui o protótipo de suas demais relações diante da vida (citado por Albertini, 1997). Do homem que mostra firmeza na conquista de seu objeto amoroso, podemos esperar que revele igual constância e energia na luta por seus outros fins. Porém, se por uma série de motivos renuncia a satisfação de seus instintos sexuais, seus comportamentos em outras áreas da vida serão, em vez de enérgicos, conciliatórios e resignados (Freud, 1970, p. 203).

Por ultimo, cabe reafirmar que essas teses freudianas foram fortemente corroboradas por Reich, que vai insistir num intenso combate cultural contra a repressão da sexualidade. Segundo Reich esta repressão prepara o caminho para as demais, acabando por gerar indivíduos impotentes para com a vida, que facilmente submetem-se as ideologias totalitárias, dado o caráter de proteção e satisfação de impulsos perversos que essas ideologias manifestam (Albertini, 1997).

### **Problemas na oferta da orientação sexual e usos dessas informações na prática**

A informação na área da sexualidade no final do século XX tornou-se acessível 'a maioria dos adolescentes e jovens, por meio de revistas, livros, televisão e, poucas vezes, através da escola. A escola parece não ter se dado conta que ao deixar o debate sobre as questões relativas à sexualidade,

praticamente fora de seus muros, perdeu a oportunidade de atuar de forma significativa sobre a educação e orientação sexual.

As novelas, os filmes exibidos, as revistas parecem ir de encontro aos temas de fato motivadores para os jovens, porém nem sempre permitindo a abordagem da questão de maneira científica e educativa. Mesmo as escolas que dizem possuir em seus currículos a orientação sexual parecem, na grande maioria, veicular apenas informações biológicas sobre a sexualidade. Pode-se afirmar, como já o fizemos antes, que a orientação sexual pode reduzir-se a algumas aulas de reprodução humana agendadas nos cursos de Ciências e Biologia.

Outra questão que vem inquietando os educadores diz respeito ao fato, muito em voga, na discussão das medidas preventivas em relação ao uso da camisinha, de que o jovem pode ter informação sobre a necessidade do uso do preservativo, mas não ser capaz de utilizá-lo quando a situação assim o exigir. Esta questão vem permitindo uma revisão da maneira como a educação e a orientação sexual deveriam ser trabalhadas.

### **Dificuldades para que se tornem disponíveis e utilizáveis informações sobre a sexualidade fornecidas pela escola**

Partindo-se do princípio de que a escola estaria de fato interessada em enquadrar a orientação sexual como um tema necessário de ser abordado em sua programação curricular (apesar de ser estipulada pela LDB, 1996), de modo que pudesse prestar informações e ter alguma garantia que tais informações seriam utilizadas em situações práticas por seus alunos, que dificuldades deveriam ser enfrentadas?

Como aponta Sayão (1997) os professores ao terem de transmitir para seus alunos informações relacionadas à sexualidade ficam bastante incomodados com as reações verificadas entre eles. Não são pouco comuns os risos, as gozações, as brincadeiras que deixam o professor com a sensação de desconforto para trafegar por caminhos para os quais não se sente seguro de enveredar, sem experimentar a percepção que pode não abordá-los com a naturalidade e segurança que admitem ser necessárias. Muitos preocupam-se com o fato de poderem demonstrar constrangimento, quando o aluno passa a exigir-lhe uma intimidade e domínio sobre temas que ainda lhe causam um certo embaraço aos serem abordados.



Cabe acrescentar que parece que os professores não vem recebendo a preparação adequada para atuar nesta área, consoante com as sugestões impostas pela LDB que data de 1996, que introduz a educação e a orientação sexual como temas a serem abordados pelos professores no que se resolveu designar como *temas transversais*. Minha experiência com professor universitário ministrando aulas no Curso de Pedagogia, da Faculdade de Ciência e Letras, UNESP, mostrou que o futuros educadores não estão de fato preparados para esta tarefa, principalmente em função do fato de que a proposta de educação sexual oferecida de 1ª a 4ª série deverá ser trabalhada de maneira informal, quando as situações emergirem no dia à dia da sala de aula. Pode-se perceber esta preparação deficitária, quando da oferta da disciplina *Sexualidade e Deficiências*, oferecida como disciplina optativa junto a Habilitação em Educação Especial.

Quando começou-se a trabalhar com o grupo de alunos que se matriculava nesta disciplina, percebeu-se que antes de abordar aspectos ligados à sexualidade em portadores de deficiências, havia a necessidade de fornecer informações e propiciar discussões e vivências em diferentes aspectos na área da sexualidade humana. Os futuros professores demonstravam pouco domínio de assuntos básicos e atitudes, muitas vezes, preconceituosas diante de temas controvertidos. Deste modo, antes de abordarmos aspectos ligados à sexualidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, temos de usar boa parte da carga horária da disciplina para esta tarefa. Os alunos alegam que, de um modo geral, as disciplinas cursadas até o ingresso na disciplina citada, não haviam trabalhado a sexualidade humana de forma sistemática, sendo que alguns temas eram tratados de forma pulverizada, mas nenhuma delas oferecia condições de um estudo detalhado sobre aspectos da sexualidade humana que pudessem favorecer a atuação em situações dentro da sala de aula.

Após esta pequena digressão oportuna, voltemos a enunciar outros fatores dificultadores para o sucesso na tarefa de oferta da educação e orientação sexual aos alunos. Outro ponto apontado por vários especialistas na área diz respeito a necessidade de que a informação fornecida transforme-se em conhecimento efetivo que possa ser utilizado pelo adolescente em suas vivências na área da sexualidade. A estratégia mobilizada para atingir tal objetivo esquece de levar em conta quem é o adolescente que se encontra em nossa frente. O adolescente encontra-se numa fase de intensa vida interior, tem convicções, desejos e costuma ter uma resistência em aceitar de forma passiva conselhos dados por aqueles que considera como os *baluartes da antiga forma de viver*,

que a princípio querem questionar. Na busca por sua identidade e independência, as vezes, a sensação de poder fugir das normas ditadas pelos adultos fascina-o, apenas pelo poder de subverter esta relação de domínio.

Desta forma deve-se levar em conta que toda informação recebida pelo adolescente, deve passar por um processo de transformação antes que possa ser assimilada. Isto implica na possibilidade do educador respeitar e aceitar a sua leitura dos fatos de forma interessada e respeitosa, criando condições para que explicitem suas interpretações e ansiedades diante do tema. Manter uma postura rígida e propensa a emitir juízos de valor cria obstáculos iniciais que podem romper com o elo inicial da cadeia.

Outra dificuldade é a falta de uma política clara em relação a educação sexual nas escolas. Normalmente, as regras e normas sobre os comportamentos sexuais são confusas e pouco estruturadas, não caminhando em sintonia com uma proposta clara de educação sexual. Um exemplo simples desta questão remonta a maneira com as escolas lidam com os namoros e envolvimento afetivos entre seus alunos adolescentes. Em muitas delas quando indagamos sobre como são abordados os namoros entre seus alunos, recebemos informações, do ponto de vista psicopedagógico, de que o assunto é tratado com naturalidade, pois os envolvimento afetivos fazem parte da vida afetivo-sexual de adolescentes e iniciam a trajetória em direção a um padrão de estruturação da sexualidade em sua fase adulta. Entretanto, este discurso é contraditório quando somos inteirados de que manifestações de envolvimento afetivos entre alunos, não poderão acontecer nas dependências da escola, independente das atividades em que estejam envolvidos.

Outro aspecto interessante negligenciado na questão da oferta de educação sexual é que a linguagem em que se expressa um pensamento é contaminada pelo estilo de quem fala. A maior parte das vezes, não se leva em conta o estilo de quem escuta (Sayão, 1997). Os adolescentes criam e recriam constantemente uma linguagem própria repleta de termos novos que usam e abusam em suas formas de comunicação. A informação sexual para estar acessível não deve desprezar esta linguagem, incorporando-a como uma forma de tornar a informação acessível, pois a apreensão do mundo é intermediada por esta linguagem. Usar um discurso bem alicerçado pelas contribuições da sexologia com os adolescentes, mas em nada afinado com seus termos para sinalizar acontecimentos, fatos e vivências, é desperdiçar a oportunidade de poder transformar os conhecimentos em informações significativas ajustadas à forma de entender a realidade compartilhada pelos adolescentes.

As dificuldades apontadas acima se não forem transpostas, não farão com que as informações veiculadas pela escola possam ser consideradas educativas.

### **A informação educativa e suas características**

Ainda é pequeno o número de escolas que de fato colocam em prática uma educação sexual e dentre estas seria ainda menor o número daquelas que não a transformam apenas em algumas aulas de *reprodução humana*, fornecendo informações de cunho estritamente biológico. Algumas escolas particulares, no Estado de São Paulo, tem colocado em prática programas melhor elaborados e com o enfoque em questões ligadas aos aspectos psicológicos e existenciais do exercício da sexualidade.

No entanto, todas as escolas têm sofrido pressão para que comecem a se preocupar com a oferta da educação e orientação sexual em sua programação curricular, seja em função das exigências da LDB, datada de 1996, seja pelo fato da solicitação dos pais pelo advento da AIDS e do aumento no número de casos de gravidez na adolescência.

Mais uma vez reforçamos a idéia central de que a informação será educativa quando levar em conta o usuário a quem se destina (Sayão, 1997). Quando tentamos refletir sobre esta questão somos tentados a uma simplificação, não considerando a relevância e a dificuldade que a tarefa apresenta. Além da sintonia com a linguagem dos adolescentes (com enfoque na comunicação e na expressão de suas vivências), anteriormente abordada, é importante o conhecimento de variados aspectos da vida destes adolescentes. Neste sentido temos de levar em conta quem é este adolescente, que assuntos deseja explorar e conhecer, como lida com tal questão? Só desta maneira poderemos criar um atalho que conduza a oferta de informações que terão alguma chance de serem assimiladas e possam ser aplicadas em suas vidas sexuais.

Por outro lado, vale a pena chamar a atenção para o fato de que o professor no exercício da orientação sexual, deve estar atento para, antes de mais nada, não cair na armadilha de sair ditando novas regras e normas, massacrando os adolescentes com temas que considera importantes. É preciso ser um ouvinte atento e aplicado. Deve criar espaço para que os adolescentes expressem suas necessidades e sua forma de compreender e interpretar questões ligadas à sua sexualidade. Nada mais eficaz para estimular o adolescente a

prestar atenção nas informações, quando este percebe que está diante de um interlocutor que dá atenção máxima aos assuntos trazidos, respeita seus pontos de vista, acompanha suas preocupações e dúvidas permitindo que expresse a seu modo sua singularidade.

### **A atuação da escola**

Ainda que a maioria das escolas tente não admitir que a discussão sobre a sexualidade é tema que deve ser obrigatório nos programas curriculares e não apresente nenhuma forma de intervenção sistematizada nesta área, as situações que mobilizam aspectos da sexualidade estão presentes a todo momento na escola. São comuns chegarem à diretoria acontecimentos que mobilizam o quadro de professores e os obriga a ter que dar respostas, além de transmitirem atitudes e valores ao fazerem comentários, expressarem opiniões sobre assuntos trazidos para dentro da escola diante dos acontecimentos noticiados pela televisão, jornais e revistas.

Os professores nem sempre têm consciência de que estão atuando como educadores sexuais. Se a assunto ainda hoje causa incômodo, já não existe estímulo para que se mantenha escondido, pois a sociedade nos últimos anos fez com que de matéria de interesse apenas de teóricos e especialistas, invadissem os noticiários, as novelas, os programas de telejornalismo, todos atentos ao retorno financeiro que a exposição de tais assuntos pode acarretar.

Os professores acabam fazendo o melhor que conseguem, mas pode ser que este melhor esteja distante de um atuação que pode ser considerada satisfatória. Os professores mostram muito interesse em melhorar sua informação sobre o assunto, mas estas boas intenções por si só não produzem as melhores ações. Se o treinamento em suas formações não permitiu que este assunto fosse trabalhado com a atenção devida, algumas escolas tentam suprir falhas na formação dos educadores, convidando psicólogos, terapeutas e educadores para proferirem palestras com vistas a melhorar a preparação dos professores para a atuação na área da sexualidade.

No entanto, como aponta Ribeiro (1995), que avaliou este aspecto entre os professores que atuavam no ensino especial para alunos portadores de deficiência mental, esta estratégia não é apontada como ideal na própria visão dos professores. Pois não permite explorar questões ligadas a valores e atitudes, que dificultam aos professores colocarem em prática as informações acumuladas

na freqüência as palestras. Falta uma preparação mais eficaz para que percebam a sutileza das mensagens que podem ser transmitidas, carregadas de valores morais e preconceitos, em muitas ocasiões. Sayão (1997) cita como exemplo desta questão a resposta dada por uma professora diante da pergunta realizada por uma aluna de 14 anos sobre o que era um aborto. A professora respondeu que era *o assassinato de um filho*. A resposta é de cunho moralizante, e tinha a intenção de ocasionar uma conclusão por parte aluna que era desejo da professora, mas que não estava contida na pergunta. Melhor seria que a professora tivesse respondido *que o aborto é a interrupção de uma gravidez*.

Então como se poderia pensar no papel a ser desempenhado pela escola, sem deixar de esquecer que é ponto fundamental rever a formação de professores para a ação na área da sexualidade humana? Esta questão apresenta seus complicadores.. Mesmo que os professores freqüentem disciplinas diretamente relacionadas à questão do manejo das manifestações da sexualidade em alunos, esta preparação não será suficiente para que coordenem a implantação de programas de orientação sexual nas escolas, exigência mais formalizada para os alunos da 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> Séries, ainda que possam ser os responsáveis pela intervenção. No entanto, é possível que a equipe ou os professores envolvidos nestes programas possam receber uma espécie de supervisão prestada por profissionais que tenham, pelo menos, realizada um curso de pós-graduação em educação sexual. Ou que se possam estabelecer convênios entre as escolas e outras instituições com comprovadas experiências na implantação e funcionamento de programas de orientação sexual.

Outro ponto importante a esclarecer é que é preciso não se partir da premissa de que a pessoa mais indicada para atuar na orientação sexual é o professor de biologia. O importante é que a própria equipe da escola escolha a quem caberá tal tarefa. Critérios que parecem predispor à escolha adequada são a disponibilidade pessoal para se responsabilizar pelo trabalho, ser um professor no qual os alunos costumam confiar seus problemas, com o qual os alunos estabelecem uma relação de confiança e cumplicidade. É importante que o profissional não emita juízos de valor quando conversar com os alunos e que seja um bom ouvinte, criando condições para que possam livremente se expressarem. A programação de um esquema de supervisão fará com que este profissional vá aos poucos adquirindo as informações necessárias para desempenhar esta função.

Outro ponto crucial diz respeito a necessidade de participação

dos pais. O ideal é que se crie uma parceria neste sentido, para que conflitos não possam ser gerados. Em condições ideais os pais poderiam receber informações minuciosas sobre as estratégias de intervenção na área. A escola deve respeitar os valores de cada família, mas deve também ter como premissa básica de que é impossível manter total neutralidade quando trabalhamos na área da orientação sexual. Professores, orientadores pedagógicos e outros profissionais que atuam devem perceber com clareza que o trabalho de orientação sexual é em essência transformador, tendo como objetivo maior favorecer para que os alunos possam ter uma vida mais saudável, levando-os a uma reflexão sobre seus preconceitos.

### Referências Bibliográficas

- ALBERTINI, P. A sexualidade e o processo educativo: uma análise inspirada no referencial reichiano. In: AQUINO, J. E. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Reich: histórias das idéias e formulações para a educação*. São Paulo: Ágora, 1994.
- BARROSO, C. , BRUSCHINI, C. *Educação sexual: debate aberto*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Sexo e juventude: como discutir sexualidade em casa e na escola*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1990.
- BOADELLA, D. *Nos caminhos de Reich*. São Paulo: Summus, 1985.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade humana I: a vontade de saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FREUD, S. Moral sexual “civilizada” e doença nervosa moderna. In: \_\_\_\_\_. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1970. v. 9.
- \_\_\_\_\_. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: \_\_\_\_\_. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977a. v. 8.
- \_\_\_\_\_. Conferências introdutórias sobre psicanálise. In: \_\_\_\_\_. *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1977b. v.1.

- KIRBY, D., SCALES, P. Perceived barriers to sex education: a survey of professionals. *The Journal of Sexual Behavior*, v.19, n. 4, p. 309-26, 1983.
- KUPFER, M. C. *Freud e a educação: o mestre do impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.
- PIMENTEL M., SIGRIST, A. C. *Orientação educacional*. São Paulo: Pioneira, 1971.
- PORTER, R. , TEICH, M. *Conhecimento sexual, ciência sexual*. São Paulo: UNESP, 1998.
- REICH, W. *Early writings*. New York: Farrar, Strauss and Giroux, 1975a. v.1.
- \_\_\_\_\_. Os pais como educadores: a compulsão a educar e suas causas. In: \_\_\_\_\_. *Conselho Central dos Jardins de Infância Socialistas de Berlim*. Porto: Escorpião, 1975b.
- REICH, W. *A erupção da moral sexual repressiva*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- \_\_\_\_\_. *A revolução sexual*. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. Sobre o onanismo. In: Reich, A. *Se teu filho pergunta*. Rio de Janeiro: Espaço Psi, 1980
- \_\_\_\_\_. *A função do orgasmo*. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RIBEIRO, H. C. F. *Orientação sexual e deficiência mental: estudos acerca da implementação de uma programação*. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.
- SAYÃO, R. Saber o sexo? Os problemas da informação sexual e o papel da escola. In: AQUINO J. G. *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997.
- Sexo se aprende na escola*. São Paulo: GTPOS/ Olho d'água, 1995.
- SOUZA, M.C.C.C de. Sexo é uma coisa natural? A contribuição da psicanálise para o debate sexualidade/escola. In: AQUINO, J. G. *Sexualidade na escola: alternativas práticas e teóricas*. São Paulo: Summus, 1997.
- WEREBE, M. J. G. *A educação sexual na escola*. Lisboa: Moraes, 1977.
- WEREBE, M. J. G. Implantação da educação sexual no Brasil. *Cadernos de Pesquisa* (São Paulo), n.26, p. 21-27, 1978.